

ISRAEL, ÁRABES E A QUESTÃO PALESTINA

Gabriel Bolaffi

RESUMO

O artigo discute a questão palestina por meio de uma retrospectiva histórica do conflito árabe-israelense no Oriente Médio. O autor mostra como o sionismo só foi possível a partir da existência de condições para a emergência do Estado e do imperialismo modernos; aponta os quívocos em que incorreram as lideranças árabes em vários momentos, rejeitando propostas que teriam garantido aos palestinos um território maior do que o assegurado pelos acordos recém-assinados. Conclui, por fim, que a paz hoje interessa a ambos os lados, seja pelos interesses econômicos envolvidos, seja porque os israelenses parecem ter concluído que os territórios em jogo não valem uma batalha.

Palavras-chave: Palestina; árabes; Israel; judeus; imperialismo; realismo político; paz.

SUMMARY

This article discusses the Palestinian question through a retrospective account of Arab-Israeli conflict in the Middle East. The author demonstrates that Zionism only became possible after the development of conditions for the emergence of the modern state and imperialism; he points out the errors committed by Arab leaders on several occasions, when they rejected proposals that would have guaranteed a larger territory for the Palestinians than that granted by recent treaties. Finally, the author concludes that peace today is in the interest of both sides, whether because of the economic interests involved or because the Israelis seem to have concluded that the territory at stake is not worth shedding blood over.

Keywords: Palestine; Arabs; Israel; Jews; imperialism; realpolitik; peace.

1. Origens

O território da Palestina, disputado há mais de um século pelos judeus aos árabes, foi ocupado, historicamente, por inúmeras populações. Desde os quase pré-históricos nabateus, que salvo engano sequer são citados na Bíblia, até cananeus, filisteus (de onde *Philistina*), judeus, gregos, romanos, bizantinos e finalmente árabes, subjugados pelos turcos a partir de 1516. Desde a queda de Jerusalém no ano 70 da nossa era, jamais chegou a se constituir qualquer novo Estado no território, até porque essa era uma noção estranha ao mundo que se constituiu após a desintegração da cultura antiga. Mesmo dos califados aos quais Jerusalém esteve submetida entre os séculos VII e XV, não se pode afirmar que tenham constituído um Estado. Durante esse mesmo período e até o final do século XIX, uma

esmagadora maioria de árabes conviveu lado a lado com minorias de toda ordem: judeus, armênios, cristãos, alemães, gregos e muitos outros. A população toda era pequena, como o era também a extensão da terra arável, geralmente de propriedade de latifundiários absenteístas. Em algumas cidades como Jerusalém, Hebron, Haifa e outras, comunidades distintas conviviam em paz com a maioria árabe.

Durante a ocupação otomana, e até o advento do último grupo de invasores, ingleses, franceses e judeus, no início do século XX, a vida política dos árabes do Oriente Médio estava submetida a uma conjugação de tribalismo e autoritarismo. A moderna Nação-Estado que os imperialistas impuseram à região era um conceito demasiadamente recente para o Oriente Médio, com sua longa tradição de dinastias autoritárias.

Nessas dinastias, independentemente de serem otomanas, abácidas, ou outras, os homens não se identificavam e não possuíam lealdade patriótica a seu império específico ou a seu país de residência. "Países e nações existiam, tinham nomes e evocavam sentimentos", escreveu Bernard Lewis, "mas não eram vistos como definição de identidade ou direção política [...] a identidade política, tendia a ser extraída da afiliação religiosa ou do grupo de parentesco local — fosse tribo, clã, aldeia, vizinhança, seita, religião ou associação profissional".

Assim, com exceção do Egito, que já ganhara personalidade própria, os demais países, Síria, Líbano, Palestina, Transjordânia e os Estados petrolíferos da península Arábica, foram artificialmente criados e impostos por ingleses e franceses ao partilharem o espólio do Império Otomano. Esses Estados "não foram criados pela vontade dos seus povos, não se desenvolveram organicamente a partir de uma memória histórica comum ou de vínculos étnicos e linguísticos, nem emergiram em consequência de um pacto social entre governantes e governados". Suas formas e estruturas lhes foram impostas por poderes imperiais alheios e não possuíam qualquer relação com o seu modo de vida ou com o seu passado. Suas fronteiras foram traçadas quase que exclusivamente em função dos interesses imperiais, muitas vezes dividindo comunidades e juntando inimigos seculares. Até os nomes desses Estados artificiais lhes foram impostos.

A partir de 1918, quando esses Estados começaram a ser moldados, geralmente o poder foi sendo entregue aos grupos tribais ou religiosos dominantes. No Líbano, os maronitas se impuseram (efemeramente) aos muçulmanos; na Síria, alauitas e sunitas; na Arábia a tribo de Saud às demais; Iraque e Transjordânia foram criados para dois irmãos de uma mesma tribo; e assim por diante. Por isso, nesses países onde formas modernas foram apostas a estruturas arcaicas, até o presente, pessoas, grupos ou famílias ainda mantêm o poder e controlam a burocracia pública com base na lealdade e na solidariedade tribal.

Mas, a despeito das origens artificiais da maioria dos Estados árabes, não demorou muito para que se transformassem de aglomerados de tribos, clãs, aldeias e seitas religiosas em realidades concretas. Fala-se até hoje em pan-islamismo e pan-arabismo e até em tribos e clãs, mas cada região aprendeu a torcer com convicção pelo seu próprio time de futebol. Em decorrência desse processo, o historiador libanês Kemal Salibi, citado por T.L. Friedman, escreveu: "À medida que homens de ambições políticas começaram a competir pelo poder em diferentes países, e que cada um desses Estados passou a ter seu próprio corpo de governo e sua burocracia administrativa, as linhas e demarcações que os separavam e que não podiam ser consideradas fronteiras naturais e históricas, começaram a se fortalecer".

Assim, homens como Nasser, Hafez Assad e Saddam Hussein não podem ser vistos apenas como ditadores brutais ou chefes tribais, mas também como

burocratas modernizantes que tentam desenvolver e solidificar suas nações. De fato, eles se caracterizaram também por iniciativas de desenvolvimento econômico que muito beneficiaram seus países e as respectivas populações¹. Por outro lado, é difícil compreender o comportamento político dessas lideranças sem levar em conta que "o nacionalismo árabe contemporâneo sempre se preocupa mais com o orgulho do que com interesses concretos. O utilitarismo jamais tem sido privilegiado pelo pensamento árabe moderno; ditadores que governam massas famintas sempre estão mais preocupados com honra, dignidade, prestígio, *status* e reputação do que com o pão de cada dia".

Isso é muito importante para compreender as razões pelas quais a Jordânia e o Egito jamais se preocuparam em apoiar os palestinos na sua luta pela obtenção de um Estado autônomo. Muito pelo contrário, os dois países sempre atuaram no sentido de anexar as parcelas árabes da Palestina, a Cisjordânia e Gaza, aos seus próprios territórios. Um Estado palestino muito maior do que Jericó e Gaza poderia ter sido criado na Cisjordânia e em Gaza em 1949, ou ao longo da década seguinte à criação de Israel.

É nesse contexto que, a partir de 1969, a OLP — Organização de Libertação da Palestina, seria subtraída por Yasser Arafat ao controle dos Estados árabes vizinhos, e transformada no primeiro movimento nacional palestino autêntico e verdadeiramente independente. Involuntariamente a colonização sionista e a emergência de Israel haviam forjado mais um povo e mais uma nação árabe moderna. Falta-lhes apenas um Estado, mas este também já está em gestação.



À primeira vista, a colonização do antigo território da Palestina pelos judeus parece enquadrar-se claramente em todo o processo de expansão imperialista da Europa do século XIX. Um processo que, iniciado pela conquista do Egito por Napoleão, somente se esgotaria após a II Guerra Mundial com os banhos de sangue ocorridos na Argélia e no Vietnã.

Esse entendimento dos eventos ganha consistência quando se examina a obra e o comportamento político do fundador do assim chamado "sionismo político", Theodor Herzl. Ele publicou "O Estado judeu" em 1896 e criou um movimento sionista orientado inteiramente para as elites européias, ignorando solenemente toda a atividade sionista-socialista já organizada em vários partidos de massa, que ocorria havia décadas na Lituânia, Rússia, Polônia e outros países do Leste Europeu. Além disso, sua principal atividade consistiu numa incessante ciranda diplomática que incluiu o sultão Abdulhahid (otomano), o papa Pio X e muitas das cabeças coroadas da Europa do seu tempo. Visava assim a soberania, para os judeus, de um território pertencente ao Império Turco-Otomano, mas habitado por árabes havia cerca de um milênio.

Herzl e seus colaboradores eram membros das elites européias do século XIX e fatalmente respiravam e exalavam a cultura política da época em que viviam. Ao pensar no futuro Estado judeu, Herzl o imaginava como uma monarquia democrática (e até se encantava com a possibilidade de vir a ser rei) ou como uma república aristocrática. Achava que as massas ainda não estavam preparadas para a democracia e que os judeus, nesse particular, não eram diferentes do resto da humanidade. Era por todas essas razões que os judeus sionistas do Leste, já organizados no

(1) Cf. Friedman, Thomas L. *De Beirute a Jerusalém*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991, p. 105.

"Hovev Zion" (Amantes de Sion) no "Poalé Zion" (Operários de Sion) e em outros partidos socialistas, ironizavam Herzl afirmando que ele sonhava com um Estado judeu que lhe fosse entregue numa bandeja de prata pelos reis e pelo papa.

Na primeira metade do século XIX, lorde Shaftesbury, Walter Cresson, o cônsul americano em Jerusalém, o embaixador inglês, James Finn, Laurence Oliphant e muitos outros se associaram para organizar um apoio aos judeus que intensificavam sua migração para a Palestina. Alguns deles estavam movidos pelo milenarismo cristão, mas estavam todos convencidos de que o restabelecimento de um Estado judeu sob a proteção britânica seria uma forma de garantir o caminho terrestre para a Índia. Palmerston endossou a idéia e lorde Beaconsfield junto com lorde Salisbury apoiaram Laurence Oliphant nas suas negociações com o governo otomano para obter a concessão que poderia levar ao estabelecimento do Estado judeu.

Quase oitenta anos mais tarde, em 1917, Chaim Weitzman, um cientista renomado, que trinta anos mais tarde viria a tornar-se o primeiro presidente de Israel, apoiado por lorde Rothschild e por outros, conseguiu obter a célebre "Declaração Balfour", pela qual "o governo de Sua Majestade Britânica manifesta sua simpatia pela instalação de um lar nacional judeu na Palestina"². Esse não foi um ato puramente britânico; tanto os governos da França e da Itália, quanto o presidente Woodrow Wilson, já haviam dado a sua aprovação quando previamente consultados. Com efeito, França e Itália se associariam formalmente à "Declaração" em fevereiro e em maio de 1918, respectivamente. Em 1922 as duas casas do Congresso norte-americano votariam resoluções associando os Estados Unidos à política expressa na Declaração³. Para todos esses governos, estava claro, entre outros aspectos, que a colonização da Palestina por uma população judia ligada à Inglaterra por laços de interesse comum poderia ser de grande valor na garantia permanente de acesso ao Canal de Suez.

O peso desses fatores geopolíticos sobre as circunstâncias que levaram o governo inglês a manifestar seu apoio à causa sionista é contestado por autores respeitadas como Walter Laqueur⁴. Mas não podemos ignorar que Theodor Herzl, em "O Estado judeu", havia escrito que "um Estado judeu na Palestina seria um dos contrafortes da muralha de defesa da Europa contra a Ásia, um posto avançado da civilização contra a barbárie". Além disso, o próprio Laqueur lembra em seu livro (p. 183) que as simpatias sionistas de Lloyd George, ministro do Tesouro inglês que logo se tornaria primeiro-ministro, (e do próprio Balfour) não eram apenas altruístas. "Antes de entregar-se ao apoio da causa sionista, certificou-se de que ela correspondia aos interesses britânicos. Isso significava, acima de tudo, o lugar que seria assumido pela Palestina na defesa do Império e no mundo dos interesses ingleses que resultaria da Guerra Mundial, então em curso"⁵.

Com a "Declaração Balfour", o assim chamado sionismo político, que vinha se arrastando desde 1897 quando Herzl inaugurou o 1º Congresso Sionista na Suíça, atingia a sua primeira realização importante. Mas os sionistas socialistas, bem menos polidos e menos engomados do que Herzl e os seus barões filantropos, já estavam pondo os pés e as mãos na terra e iniciando a sua colonização havia mais de quarenta anos. Por ocasião da "Declaração", já havia várias dezenas de *kibbutz* solidamente implantados. Esta segunda face da medalha teria um aspecto político particularmente importante. Ela representava a adoção realista da política do fato consumado, que desde então sempre norteou as decisões dos judeus para com os árabes na Palestina, mesmo depois da criação do Estado de Israel.

Por mais que para a cultura laica e racional contemporânea isso possa ser visto como mais uma fantasia religiosa, como até certo ponto foi, o fato é que, ao

(2) Muitos autores viram na "Declaração Balfour" um prêmio dado a Weitzman em reconhecimento por suas importantes descobertas na química da acetona. Weitzman nega isso em suas memórias.

(3) Muitos anos depois, Abba Eban, o principal diplomata israelense desde a criação do Estado, comentaria ironicamente que esta foi a única vez em que uma expressão tão pouco comprometedora como "ver com simpatia" apareceu em algum texto diplomático.

(4) Laqueur, Walter. *A history of Zionism*. Nova York: Schocken Books, 1989, pp. 200-4.

(5) Ibidem, p. 183.

longo dos séculos do seu exílio tão peculiar, os judeus nunca deixaram de orientar a sua vida cotidiana para a Palestina e para Jerusalém. Nem deixaram de, esporadicamente, voltar para lá em peregrinação ou migração. Em 1140, Jehuda Halevy; Maimônides, em 1165, saído de Córdoba, na Espanha; em 1171 um grupo de judeus espanhóis, protegidos por Saladino; e assim por diante, num fluxo mínimo mas contínuo. Ocasionalmente, esse fluxo se ampliava, como aconteceu por exemplo em 1556, quando o sultão Selim concedeu a cidade de Tiberíades a seu ministro do exterior dom José Nassi, um marrano português. Aliás, alguns milhares dos judeus expulsos pela Inquisição da península Ibérica acabaram se transferindo da Turquia para a Palestina. Eram imigrantes pobres que não tinham a menor condição de tentar restaurar o Estado, particularmente nas circunstâncias da época, mas que conseguiram criar várias comunidades com administração autônoma e instituições rabínicas em Jerusalém, Safed e Tiberíades⁶.

Em 1648, bastante influenciado pelo misticismo cabalista que vinha se irradiando da Palestina, tem início, com Shabatai Zvi, uma série de agitações messiânicas e de "falsos messias" que somente se esgotaria no início do século XIX. Uma sequência de embusteiros carismáticos que exploraram a ignorância ingênua e a miséria das comunidades judias espalhadas pela Europa e pelo Oriente, até o Iraque, o Curdistão e o Iêmen⁷, prometendo a restauração do Templo de Jerusalém e da base nacional que ele significara.

Mas, por mais falsos que fossem, esses messias apenas refletiam uma vontade, idealizada e fantasiada, de retorno ao território que era visto como a terra dos antepassados, como o lugar onde esses judeus não mais seriam estrangeiros e discriminados. Quando a Revolução Industrial encurtou as distâncias e quando Napoleão criou os fundamentos jurídicos da cidadania contemporânea, inclusive emancipando os judeus, a antiga vontade idealizada por Sion iria rapidamente se transformando na vontade de forjar um Estado judeu na Palestina. Daí surgiram, antes, o movimento dos "Amantes de Sion" na Rússia e nos países vizinhos e, algumas décadas mais tarde, os partidos sionistas-socialistas.

Os *pogroms*, matanças sistemáticas de judeus que desde a Idade Média ocorriam no Leste europeu, voltaram a se intensificar na segunda metade do século XIX e mesmo nas primeiras décadas do século XX, contribuindo mais ainda para fortalecer a consciência de grupo dos judeus. Depois da primeira Grande Guerra, o anti-semitismo voltou a se manifestar intensamente em toda a Europa, chegando finalmente ao holocausto que os judeus sofreram durante a II Guerra Mundial. Tudo isso transformou a antiga vontade de forjar um Estado para os sobreviventes de Israel numa missão da qual pouquíssimos judeus foram capazes de se dissociar. E a grande maioria dos que se dissociaram, assim fizeram por ver na utopia socialista da URSS uma solução ainda mais universal⁸.

Ao lembrar todos esses fatos e eventos, não estou acumulando argumentos para qualquer defesa de supostos "direitos históricos" dos judeus ao território da antiga Palestina. Quis apenas mostrar que, se evidentemente o assim chamado sionismo político somente foi possível a partir da existência de condições para a emergência do Estado moderno — que também são aquelas em que se fundou o imperialismo moderno —, seria muito simplista tentar reduzi-lo a um simples episódio desse mesmo imperialismo.

A colonização agrícola da Palestina pelos judeus e, com ela, o chamado "sionismo prático", começou em 1878, cerca de vinte anos antes do 1º Congresso Sionista, com a fundação de uma dezena de colônias, as precursoras do *kibbutz* que surgiria 25 ou trinta anos mais tarde. Muito curiosamente, ao contrário do que julga

(6) Dubnow, Simon. *História judaica*. Rio de Janeiro: Livraria S. Cohen, 1948, p. 388.

(7) Durante o século XIX houve consideráveis migrações de judeus desses países para Jerusalém. Os judeus do Iêmen foram até Jerusalém a pé, atravessando a península Arábica. Contudo, não possui informações que permitam vincular essas migrações ao falso messianismo.

(8) A maioria dos sionistas de esquerda, enquanto marxistas, era internacionalista. Discípulos de Ber Borochov, viam na criação de um Estado nacional judeu uma etapa necessária à sua luta pelo socialismo.

a maioria dos autores, a primeira dessas colônias, "Petach Tikvá", não foi fundada pelos imigrantes russos do movimento dos "Amantes de Sion", mas por judeus jovens de Jerusalém, filhos de antigos habitantes.

Essas colônias foram fundadas em terras rurais compradas aos árabes, com dinheiro de filantropos judeus da Europa que nem eram necessariamente sionistas. Alguns deles, como o barão Maurice de Hirsch, eram movidos principalmente pelo receio de que a migração maciça de judeus pobres do Norte e do Leste da Europa poderia minar a situação confortável que os judeus da Europa Ocidental haviam atingido.

2. A gestação do conflito

Até que a ONU determinasse a partilha da Palestina em 1947 e o Estado de Israel fosse criado em 1948, os árabes sempre constituíram, ou pelo menos assim parecia, o obstáculo mais fraco à realização dos objetivos sionistas. Ocupavam a Palestina havia muitos séculos, vivendo em condições semifeudais nas terras de *effendis* absenteístas que viviam em Jerusalém, Damasco ou Beirute. Não haviam conseguido criar um Estado e sequer possuíam a consciência nacional ou vontade para tanto. Por isso, teriam sido praticamente ignorados, mesmo que a resistência árabe à colonização sionista tivesse se manifestado já em 1891 e jamais tenha cessado desde então. Ainda assim, aos olhos da liderança sionista os árabes teriam parecido uma questão menor quando comparados com o enorme esforço diplomático necessário para obter o apoio das potências européias, ou ao esforço, ainda maior e mais importante, para drenar pântanos, erradicar a malária e irrigar terras desérticas.

Herzl e os demais precursores do sionismo político pareciam convencidos de que árabes e judeus poderiam conviver no território palestino, em benefício recíproco. É verdade que os latifundiários árabes ficavam felicíssimos em vender suas terras por preços jamais imaginados e que os empregadores judeus pagavam aos trabalhadores palestinos salários muito superiores aos que estes costumavam receber. Mas a ignorância dos sionistas de que, ao procurar a solução para um problema nacional milenar, estavam criando outro problema nacional teria sido uma trágica ironia da história.

Os parágrafos acima resumem a posição que vem sendo adotada pelos melhores e mais lúcidos historiadores judeus do sionismo nas últimas décadas, inclusive por Laqueur e outros que citarei mais adiante. É, digamos assim, a posição da esquerda sionista. É uma posição simpática, açucarada, elegante, mas profundamente equivocada. Curiosamente, talvez possa até ser verdadeira para a direita sionista, representada pelos senhores burgueses da diáspora, para os quais o sionismo era assunto de conversas e de angariação de fundos, mas que ignoravam as duras realidades da Palestina. Para os colonizadores, os árabes sempre estiveram presentes, hostis e ameaçadores, até mesmo demandando constantes medidas militares de defesa. Somente foram ignorados na medida em que se deixaram, passivamente, ignorar. Como se verá mais adiante, quase toda vez que exerceram alguma ação consistente, assim como aconteceu com os índios de Búfalo Bill e do general Custer, os resultados lhes foram favoráveis. A comparação pode parecer remota, mas cabe.

Em 1º de maio de 1921, quando trabalhadores judeus comemoravam em Tel Aviv o dia internacional do proletariado, houve entre eles quem distribuisse

panfletos escritos em árabe, concitando as massas a se erguerem contra o imperialismo britânico. Horas depois se iniciaria uma onda de motins árabes contra os judeus de Jafa, com um resultado de noventa baixas fatais e 219 feridos. Esse distúrbio, que fora precedido por dois outros no ano anterior, surpreendeu, chocou e confundiu as lideranças sionistas. Muitos deles se deram conta pela primeira vez da possibilidade de um conflito mais sério entre os dois povos. Admitiu-se a cegueira do movimento sionista ao ter ignorado a existência dos árabes, dos seus interesses e das suas aspirações nacionais por tanto tempo⁹.

Nos anos que precederam o início da I Guerra Mundial, a população da Palestina era de pouco menos de 700 mil habitantes, 615 mil árabes e 85 mil judeus. O número de judeus havia crescido 256% nos últimos trinta anos. Até a revolução dos "jovens turcos", em 1908, o nacionalismo árabe não pudera encontrar nenhum canal de expressão, até porque nenhuma atividade política era tolerada no Império Otomano. Mas a partir dessa data, quando se anunciou que o Império passaria a ser governado constitucionalmente e que não haveria mais censura, apareceria uma nova imprensa nacionalista árabe, porta-voz de reivindicações até então reprimidas. De um momento para o outro surgiria uma política árabe para a Palestina, com o sionismo constituindo a sua principal preocupação. Começaram a ser distribuídos panfletos entre os árabes, apelando para que cessasse a venda de terras aos sionistas e exigindo a interrupção da imigração de judeus.

Alguns anos antes, durante o 7º Congresso Sionista de 1905, I. Epstein, um dos representantes dos colonizadores socialistas da Palestina, tentou chamar a atenção para a questão árabe, que, segundo ele, constituía o principal desafio do sionismo. Ao retornar para o seu território, afirmava, os judeus não deveriam fazê-lo como conquistadores nem deveriam cercear os direitos de um povo independente como os árabes. A discussão suscitada por Epstein, afirma Laqueur, antecipou até os mínimos detalhes as polêmicas que iriam se suceder por toda a história do movimento sionista e até mesmo as críticas que se fariam contra ele.

Epstein lembrou inúmeras circunstâncias nas quais árabes minifundiários perderam suas condições de sobrevivência em virtude das compras sionistas de terras. Quando latifundiários árabes vendiam suas terras, recebiam bom dinheiro; mas os *fellaheen*, que antes as cultivavam para seus senhores, perdiam todas as condições de sustento. Por isso, somente se deveria adquirir terra não cultivada. Desde Herzl, o sionismo vinha buscando um entendimento com o Império Otomano; em vez disso deveria consegui-lo com os árabes, os verdadeiros donos do território.

Os argumentos de Epstein foram contestados com base no argumento de que os camponeses árabes não estavam sendo explorados pelos judeus, mas pelos *effendis* (latifundiários) e pelos usurários árabes. Houve consenso em torno do fato de que todos os árabes, senhores e camponeses, estavam sendo muito beneficiados com a presença judia e que o movimento sionista não podia fazer pelos árabes mais do que já vinha fazendo. Esse debate prossegue praticamente até o presente, mesmo que desde o fim da I Grande Guerra não houvesse congresso sionista que não aprovasse alguma moção reafirmando solenemente a simpatia dos judeus pelos movimentos nacionais do Oriente e pelo nacionalismo árabe em particular.

Na medida em que o "sionismo prático" se fortalecia por meio de novos fluxos migratórios de jovens bem mais politizados, a maioria deles marxistas, submetidos a um processo de proletarianização voluntária, esperava-se que esses pioneiros poderiam contribuir decisivamente para melhorar as relações com a

(9) Laqueur, Walter, op. cit., p. 209.

população árabe. Ledo engano. Esses novos colonizadores chegaram à Palestina imbuídos de um marxismo romântico que os fazia privilegiar a volta à terra e a redenção, pelo trabalho, dos "vícios" adquiridos em 2 mil anos de diáspora. Ficaram profundamente chocados ao verificar que a maioria dos agricultores judeus locais empregava mão-de-obra árabe. Isso foi visto como uma vergonha para o movimento sionista, que a seu ver não surgira para criar uma classe de proprietários rurais vivendo da mais-valia alheia. Assim, passaram a exigir, com empenho missionário, a substituição da mão-de-obra árabe pela judia. Se seu sucesso com relação aos colonos antigos foi limitado, pelo menos conseguiram garantir a eliminação do recurso à mão-de-obra árabe nas terras compradas pela executiva sionista dali para diante.

Desses conflitos entre os novos militantes sionistas e os velhos colonos, resultaria o *kibbutz*, entre outras razões, como uma forma de assegurar o cultivo judeu das terras da Palestina.

Eles acreditavam na Internacional e na solidariedade proletária, mas não viam por que estendê-la aos árabes, trabalhadores não qualificados, não politizados e não organizados, que lhes lembravam mais aquilo que Marx chamara de *lumpen*.

3. Tentativas: o binacionalismo

Por volta de 1925, já estava absolutamente claro que o conflito era irreversível e que dali para frente somente poderia se agravar. Surge a "Aliança para a Paz", um grupo sionista para o qual a Palestina não deveria ser transformada nem num Estado judeu, nem num Estado árabe, mas num Estado binacional. Neste Estado, uns e outros gozariam de direitos civis, políticos e sociais iguais, sem distinção entre maioria e minoria. Árabes e judeus deveriam ser autônomos na administração dos respectivos interesses, mas unificados na defesa dos interesses comuns.

A idéia frutificou, foi elogiada por Weitzman e foi até incluída na plataforma de alguns partidos socialistas mais à esquerda, e mantida até cerca de 1960, mais de uma década após a criação do Estado. Mas permaneceu sempre apenas uma idéia bonita circunscrita a algumas cabeças bem-intencionadas. Os judeus não estavam dispostos a absorver uma maioria árabe superior a 600 mil habitantes, cuja fecundidade e cuja capacidade de atrair imigrantes dos países vizinhos eram muito maiores do que as deles. Os árabes ainda não haviam sido capazes de obter a autonomia nacional nem mesmo nos países vizinhos, protetorados ingleses e franceses, onde ninguém lhes disputava a posse do território. Para o alívio da liderança sionista, não havia na Palestina forças políticas árabes capazes de negociar e implementar uma idéia tão complexa quanto a de um Estado binacional.

Acima de tudo, os judeus estavam efetivamente conquistando um território, nada fértil, em condições difíceis, sitiados por milhões de árabes por todos os lados e até por dentro. Não eram as condições adequadas para assumir a tutela de uma população paupérrima, analfabeta, doente, cultural e politicamente primitiva, desconfiada e violentamente hostil.

É verdade que houve alguns esforços mais consistentes principalmente a partir dos grupos mais esquerdistas que haviam aceito, pelo menos em tese, a idéia de um futuro Estado binacional. Em 1927 a Histadrut, o órgão central dos sindicatos judeus, decidiu organizar trabalhadores árabes em sindicatos. Mas os resultados foram pífios e se limitaram à criação de um clube de trabalhadores árabes em Haifa.

A Agência Judaica, que até a proclamação do Estado foi de fato o governo sionista da Palestina, sequer tinha um departamento para assuntos árabes, nem um jornal em língua árabe havia sido criado.

4. A rebelião árabe de 1936 a 1939

Além das escaramuças episódicas que sempre ocorriam entre árabes e judeus, houve vários levantes árabes de proporções significativas em 1921, 1929 e 1933. Mas o grande levante, de 1936 a 1939, superaria todos os anteriores, por sua extensão e por suas consequências. Guerrilheiros árabes assumiram o controle de várias regiões do território e somente foram vencidos após um considerável esforço militar de parte das tropas britânicas de ocupação.

Ao contrário dos levantes anteriores, este último não foi a consequência de algum incidente isolado, mas de tensões acumuladas ao longo dos anos. Os judeus, embora ainda não representassem 20% da população do território, estavam visivelmente construindo um país. Já haviam fundado uma universidade respeitável em Jerusalém, hospitais em todas as cidades importantes e um sistema de saúde pública dos mais avançados do mundo de então; um instituto de alta pesquisa fisiológica em Rehovot, uma rede de escolas técnicas e agrícolas e um sistema capilar de escolas primárias e secundárias; a escola de belas-artes e uma sede — um primor de arquitetura Bauhaus — para a Agência Judaica (isto é, o governo), em Jerusalém. Tudo nas barbas dos árabes despreparados e impotentes.

Após a ascensão dos nazistas ao poder na Alemanha, a quantidade de migrantes judeus para a Palestina voltou a crescer: 30 mil em 1933, 42 mil em 1934 e 61 mil em 1935. Nessa época a população de judeus se elevou a 30% da população da Palestina¹⁰.

(10) Ibidem, p. 261.

Foram essas as circunstâncias que levaram as lideranças árabes à rebelião armada para exigir o estabelecimento de um governo próprio na Palestina e a proibição da imigração de judeus e das vendas de terras. Que eles tinham de reivindicar aos britânicos que proibissem os proprietários árabes de vender suas terras aos judeus revela quanto a população árabe como um todo ainda estava dividida e pouco madura para a formulação de qualquer projeto consistente.

Essa rebelião, embora derrotada nas armas, teve um sucesso político considerável. Os mandatários ingleses foram obrigados a restringir severamente a imigração e a coibir as vendas de terras. Em 1939 o governo britânico editaria um "livro branco" que, limitando drasticamente a imigração e as compras de terras, significou na prática um repúdio da "Declaração Balfour". Ainda mais importante, das pressões políticas suscitadas por essa rebelião resultariam as primeiras propostas realistas e factíveis para uma solução do problema Palestino: a partilha do território entre os dois grupos que o pretendiam.

5. Da "partilha" à criação do Estado de Israel

A primeira proposta de partilha da Palestina foi feita por um dos membros da Comissão Real que o governo britânico enviara à Palestina para investigar a sublevação árabe. Foi uma proposta sábia, inteiramente adequada às circunstâncias.

Os árabes a rejeitaram *a priori*, como somente poderiam ter rejeitado. Realmente, não se poderia esperar que as lideranças árabes, politicamente imaturas, concordassem em ceder mais terras do que aquelas que já lhes haviam sido tomadas. Os árabes palestinos apelaram para os chefes de Estado árabes para que se opusessem à partilha, e no Congresso Pan-Árabe, na Síria, em 1937, foi decidido que a preservação de uma Palestina íntegra e árabe seria o dever sagrado de todos os árabes. Foram essas posições grandiloquentes e nada realistas, assumidas sucessivamente, que acabariam condenando os palestinos a ficar apenas com Gaza e Jericó, quando a aceitação da partilha lhes teria assegurado muito mais. Foi a partir daí que Abba Eban cunhou sua célebre frase: "Os árabes jamais perderam a chance de desperdiçar uma boa oportunidade".

A liderança sionista, representada na Comissão Real por Weitzman e pelo futuro criador do Estado de Israel, David Ben Gurion, aceitou a proposta em princípio, embora objetando aos critérios e detalhes do plano de partilha que a Comissão havia apresentado. Weitzman representava a tradição do "sionismo político", era um diplomata experimentado e sempre assumia posições conciliatórias; provavelmente aceitou a proposta de partilha com convicção. Ben Gurion vinha do "sionismo socialista" de ação, habituado às soluções do fato consumado; provavelmente aceitou a partilha porque não era homem de recusar coisa alguma. Também porque, sabiamente, esperava que muitos *kibbutz* novos ainda seriam fundados antes que qualquer plano de partilha viesse a ser implementado, aumentando o território judeu.

Nos debates que se seguiram, no Congresso Sionista de 1937 em Zurique, Weitzman e Ben Gurion foram criticados e atacados quase unanimemente, inclusive pelos membros dos respectivos partidos. Desde os religiosos, vociferando que quando Deus prometera a terra prometida a Abraão, a prometera inteira, até a esquerda, que continuava a bater na tecla do Estado binacional. Mais uma vez, Ben Gurion e seu grupo íntimo — não seu partido —, que também era socialista, souberam ir ao cerne da questão: o tempo trabalhava contra os judeus, a situação européia estava se deteriorando rapidamente, e quanto mais cedo fosse possível criar um Estado judeu, maiores as possibilidades de salvar centenas de milhares de judeus; "o Estado não seria o fim, mas o começo".

Os debates foram violentos e acirrados mas a maioria das argumentações, avaliadas a partir de uma perspectiva contemporânea, soa pouco mais do que folclórica. Contudo é interessante notar que, com exceção de Weitzman, nenhum dos demais delegados sequer considerou a presença dos árabes na Palestina e muito menos seus direitos a um Estado próprio.

O Congresso foi encerrado com a aprovação de uma proposta apresentada por Weitzman, suficientemente vaga para ser aprovada, mas suficientemente abrangente para manter abertas as negociações com a Inglaterra, inclusive sobre a partilha.

Em maio de 1939 o governo britânico publicou mais um dos seus "livros brancos", reafirmando que o objetivo de Sua Majestade era a criação de um Estado independente na Palestina e contendo toda uma série de disposições restringindo a imigração, colonização, aquisição de terras e outros assuntos menores. Mas, em menos de um ano, Dantzig, Dunquerque e a grande tragédia que elas estavam anunciando postergariam o problema para seis anos mais tarde.

Ao terminar a II Guerra Mundial e todas as tragédias que ela significou, outra tragédia, aquela do sionismo, se revelaria em toda a sua imensidão. Assim que terminou a guerra, em maio de 1945, a executiva da Agência Judaica enviou ao

governo inglês uma petição para que declarasse a Palestina um Estado judeu, e um pedido análogo para a Conferência das Nações Unidas em São Francisco. Também houve uma intensa movimentação diplomática junto a Truman e a Ernest Bevin, ministro do Exterior do recém-eleito governo trabalhista inglês.

A receptividade foi pífia. Nem os americanos, muito menos os trabalhistas ingleses, estavam dispostos a ignorar que a Palestina era habitada por não mais do que 600 mil judeus, e por mais de 1 milhão de árabes. Além disso, com a Guerra Fria que já podia ser antecipada, também levavam em conta inúmeros fatores geopolíticos. Por outro lado, o holocausto acabara de ocorrer e a presença de muitas centenas de milhares de judeus nos campos de sobreviventes conferia a essa tragédia dimensões superlativas.

Enquanto a atividade diplomática prosseguia pelos seus meandros habituais, as lideranças judias na Palestina mais uma vez decidiram tomar o futuro em suas mãos. Adotaram o lema de um antigo rabino: "Se eu não fizer por mim, quem fará?".

Desde os anos 30 os judeus já haviam criado dois exércitos. A *Haganá*, o exército, digamos assim, oficial da Agência Judaica e do movimento kibbutziano, e a *Irgun*¹¹, o exército dos partidos da extrema-direita, protofascistas até, que não se submetiam ao governo provisório judeu. Durante a II Guerra Mundial esses minixércitos participaram do conflito europeu subordinados aos exércitos aliados, e assim se fortaleceram consideravelmente tanto em treinamento quanto em armamentos. Agora a decisão era abrir uma guerra contra os ingleses que ainda detinham o mandato, para obrigá-los a retroceder dos termos do "livro branco" para aqueles da "Declaração Balfour".

O objetivo mais imediato era criar condições para que os sobreviventes da guerra, ainda concentrados em campos de refugiados, pudessem imigrar para a Palestina, mesmo se ilegalmente, desafiando a marinha britânica no Mediterrâneo. Em outubro de 1945, a *Haganá* afundou três pequenas corvetas de patrulha inglesas e explodiu os trilhos da estrada de ferro que ligava Haifa ao Cairo em mais de cinquenta pontos.

Desde os anos 30, a chamada imigração ilegal nunca havia cessado de todo, mas agora a *Haganá* a estava fomentando e organizando numa escala sem precedentes. Navios clandestinos passaram a chegar regularmente às praias da Palestina. Alguns conseguiram furar o bloqueio britânico, mas a maioria foi capturada e seus passageiros levados para campos provisórios em Chipre. Enquanto isso prosseguiram as operações de guerrilha contra o exército inglês de ocupação, muitas vezes para desviar-lhe a atenção, na ocasião de algum desembarque clandestino de refugiados.

Em agosto de 1946 a executiva sionista mundial, reunida em Paris, decidiu que, perante o enorme impasse em que se encontravam, a única saída seria voltar às propostas de partilha, anteriores à guerra. Dali para frente os acontecimentos se precipitaram a toque de caixa.

No início de 1947, Ernest Bevin, o chanceler inglês, convoca uma conferência entre árabes e judeus em Londres. Os árabes recusam a partilha afirmando que a história ensinava que conflitos entre povos somente podiam ser resolvidos pela força das armas. Dias depois Bevin fez anunciar que o problema tinha de ser submetido às Nações Unidas, pois, pelo mandato que lhe fora conferido pela Liga das Nações, a Inglaterra, não tinha poderes para ceder o território a nenhum dos pretendentes nem para dividi-lo.

Em abril, a ONU realizaria uma Assembléia Geral para debater a questão palestina; em maio a mesma Assembléia criaria uma comissão para investigar a

(11) Durante a Guerra de 1948 que se sucedeu à criação do Estado, estes dois exércitos chegaram a lutar em conflito aberto um contra o outro. A *Haganá*, comandada por Ben Gurion, chegou a afundar o navio *Altalena*, que trazia armas para o *Irgun*, comandado por Menahem Beguin e Shamir. O pretexto, nada convincente, foi o de que uma das tréguas da ONU estava sendo desrespeitada.

questão e propor soluções, e em novembro estaria votada a partilha da Palestina. Ao ouvir o resultado da votação, um dos delegados árabes, Azzam Pasha, dirigiu-se à sala da imprensa da ONU para anunciar que "todas as linhas traçadas para a partilha da Palestina serão linhas de sangue e fogo"¹². E assim seria.

Mesmo antes que a Inglaterra se retirasse da Palestina com o seu exército, a 16 de maio de 1948, o território mergulhava no caos. No dia seguinte à aprovação da partilha, os árabes da Palestina decretariam uma greve geral e logo começariam as escaramuças que desembocariam na guerra. Os países árabes anunciaram a invasão da Palestina para o dia seguinte à retirada dos ingleses. E assim vieram a proclamação do Estado de Israel e a guerra.

A Palestina foi invadida pelos exércitos dos quatro países árabes vizinhos e a guerra foi longa e dura¹³. Mas, dando continuidade à sua tradicional política do fato consumado, Israel utilizou a guerra para ampliar consideravelmente os limites demarcados pela ONU. Os israelenses também recorreram à violência e ao terror para provocar o maior êxodo possível de árabes localizados nas suas fronteiras¹⁴. Para evitar futuras dificuldades decorrentes da presença de um número demasiadamente grande de árabes dentro do seu território, Israel acabou criando para si um problema palestino muito mais grave do que aquele que até então existira. Criou o povo palestino.

6. A Guerra do Yom Kippur e a frustração da paz

Este texto não está sendo escrito para fazer juízos morais, muito menos para processar a história. Por mais que os judeus por séculos tivessem cantado que "no ano seguinte estariam em Jerusalém", ou que preferiam que "o braço direito secasse" a esquecer a Cidade Santa, seu direito a um Estado no território da Palestina foi assegurado apenas pelo trabalho árduo. A reivindicação de "direitos históricos" nunca passou de demagogia impura e impudente, dado que, até para fazer um pouco de blague, esses direitos assistem igualmente aos árabes, também descendentes de Abraão via Ismael! Mas, na medida em que o eleitorado israelense foi se movendo para a direita, a atitude do Estado judeu em face dos árabes foi perdendo realismo e consistência.

Nas primeiras duas décadas da criação do Estado, enquanto o diapasão da política da região era ditado por aventureiros como Gamal Abd el Nasser e suas contrapartidas sírio-libanesas sob o olhar assustado do soldadinho de chumbo que reina na Jordânia, havia pouco a fazer. Nem os árabes palestinos exilados em Gaza, na Jordânia e no Líbano, nem os governos desses mesmos países se mostraram capazes de qualquer proposta ou exigência consistente, e a situação ficou praticamente congelada até a Guerra do Yom Kippur (1973).

A Guerra de Suez (1956) foi provocada por Israel, em parte como retaliação contra os ataques sistemáticos dos *fedayeen* infiltrados a partir do Egito e da Síria, e em parte pelo receio de que os Migs e outras armas fornecidas pelos russos a Nasser acabassem por provocar um desequilíbrio de forças. Mas aconteceu principalmente por causa dos ressentimentos anglo-franceses em face da nacionalização de Suez por Nasser. Foi uma guerra duvidosa, com conotações tragicômicas, por causa das trapalhadas de ingleses e franceses, que induziram Israel à guerra mas não conseguiram cumprir o cronograma e muito menos os objetivos acertados. Quando lançaram seu ultimato (mero pretexto para a captura de Suez) a Egito e

(12) Eban, Abba. *Personal witness*. Londres: Jonathan Cape, 1993, p. 123.

(13) Durou mais de um ano. Nada parecido com as guerras de quatro a seis dias que viriam mais tarde.

(14) No dia 11 de julho de 1948, 250 habitantes da cidade árabe Lydda foram assassinados após um cessar-fogo. No dia seguinte o então tenente-coronel Yitzhak Rabin emitiu, por escrito, a seguinte ordem: "1. Os habitantes de Lydda (...) devem ser expulsos para Beit Nabala (...) 2. Cumpra-se imediatamente". Cf. Morris, B. "The new historiography: Israel confronts its past". *Tikkun*, Oakland, CA, Nov/Dec 1988.

Israel para que retirassem suas tropas para 10 milhas de cada lado do canal de Suez, Israel já havia logrado seus objetivos militares e suas tropas estavam estacionadas a 12 milhas de distância do canal¹⁵.

A Guerra dos Seis Dias (1967) fora para os israelenses apenas um incidente incômodo¹⁶, provocado pela delirante irresponsabilidade de Nasser, e por si só não teria prejudicado negociações para a paz. "Entre 1967 e 1973 os árabes poderiam ter recuperado pacificamente o Sinai, as colinas do Golan e boa parte de Gaza e dos territórios a ocidente do Jordão, se tivessem se disposto a negociar fronteiras e acordos de segurança com Israel"¹⁷. Essas negociações somente não ocorreram porque teriam implicado o reconhecimento de Israel por parte dos países árabes.

A Guerra do Yom Kippur, que terminou com um cessar-fogo quando as tropas de Israel já haviam atravessado o canal, cercado 20 mil soldados egípcios e estavam nos subúrbios de Suez, foi vista pelo mundo como mais uma vitória-relâmpago israelense. Mas em Israel foi sentida como a derrota humilhante que realmente foi; a suposição de que as tropas de Sadat poderiam ter chegado às portas de Tel Aviv caso os EUA não tivessem estabelecido uma ponte aérea para o transporte imediato de armas e munições é bastante verossímil. Além disso, 2.500 soldados israelenses morreram numa guerra que os serviços de segurança haviam declarado improvável e contra a qual a primeira-ministra Golda Meir e os comandos do estado-maior se haviam recusado a tomar medidas preventivas. Até hoje em Israel admite-se a boca pequena que essa guerra serviu para baixar a crista do galo! "O Egito perdeu a guerra mas não saiu humilhado. Foi estabelecido um novo balanço psicológico, mais propício a futuras negociações"¹⁸.

Em 1977 a direita, liderada por Menahem Begin, venceu as eleições com seu delírio sobre "A Israel Inteira". Anwar Sadat, presidente do Egito, que já estava em fase adiantada de negociações com Israel para reconhecer o Estado em troca da devolução do Sinai, fez a sua célebre viagem triunfal a Jerusalém. Fortalecido perante o mundo árabe por ter sido capaz de abalar Israel com a Guerra do Yom Kippur, Sadat possuía a autoridade moral para desencadear um processo de paz que facilmente poderia ter sido estendido aos demais vizinhos de Israel. Afinal, não era o Egito o país mais forte e o mais comprometido em todas as guerras contra Israel até então?

Quando Begin respondeu favoravelmente ao discurso de Sadat dispondo-se a visitar Jerusalém para dirigir um apelo pessoal de paz ao Parlamento, sua atitude foi previsível. Ele estava convencido de que, uma vez neutralizado o Egito, poderia oferecer algumas migalhas aos palestinos e assim ganhar mão livre para anexar definitivamente todos os territórios localizados entre o rio Jordão e o Mediterrâneo¹⁹. Ao mesmo tempo em que Begin faturava os acordos de Camp David para uma paz definitiva com o Egito, e com eles o prêmio Nobel da paz, a sua diplomacia jogou areia nas negociações com os demais Estados árabes, a começar pela Jordânia. É que esta outra paz não lhe interessava, na medida em que implicaria necessariamente a devolução dos territórios que arrogantemente ele passou a chamar de "Judéia e Samária", e de Gaza também²⁰.

Daí para diante, Begin e seu sucessor, Shamir, passariam a estimular e a financiar a peso de ouro a implantação de colônias nos antigos territórios árabes. Para tanto usariam como massa de manobra religiosos obtusos, fanáticos, irresponsáveis e corruptos — peço desculpas pela tautologia —, muitos deles de origem norte-americana.

(15) Por falta de espaço e por não conter elementos capazes de alterar a lógica deste texto, omito a desastrosa invasão do Líbano por Israel, de 1982 a 1985.

(16) Na realidade, definiu-se em apenas 48 horas.

(17) Eban, Abba, op. cit., p. 492.

(18) Ibidem, p. 540.

(19) Esta versão, dos autores da esquerda, talvez seja um pouco exagerada. É possível que, se os árabes tivessem se mostrado mais receptivos a um acordo, Begin não pudesse ter ido tão longe.

(20) Sabidamente, ao contrário de Nasser, Sadat não quis a Faixa de Gaza.

7. Da Intifada ao processo de paz

"Levante" não é uma boa tradução para a palavra árabe *intifada*, o rótulo que logo seria dado à explosão que ocorreu nos territórios ocupados por Israel, e que deveria melhor ter sido chamada de *thawra*, revolta. O significado correto da palavra é tremores, daqueles que acometem pessoas com febre alta ou os cães, quando espantam moscas. A expressão, que em árabe também é usada para significar baderna, foi utilizada por Yasser Arafat para designar os eventos do final de 1988, e revela quão distante ele estava dos acontecimentos. A *Intifada* rompeu em dezembro de 1987 como uma enorme surpresa. Até então, os israelenses estavam preparados para operar em duas frentes: aquela das invasões por exércitos regulares, como já acontecera no passado, e a frente, suja e subterrânea, contra o terrorismo. Mas a *Intifada* significava uma frente nova, composta por massas civis, desarmadas e violentas, que até então teria sido inimaginável. Dessa vez a explosão foi espontânea e envolveu toda uma população: velhos e crianças, homens e mulheres, comerciantes, operários e camponeses, religiosos e laicos, politizados ou não.

Mas os surpreendidos não foram apenas o governo de Israel e suas tropas de ocupação, mas o rei Hussein da Jordânia e o próprio Yasser Arafat e sua OLP. Hussein estava convencido de que as pequenas facilidades que Israel lhe concedia nos assuntos administrativos dos territórios ocupados significavam que ele os estava controlando. Ele e seus burocratas engratados estavam tão longe da realidade dos territórios quanto os generais israelenses²¹.

Arafat também não entendeu bulhufas, julgando que estava ocorrendo apenas mais uma das badernas, "*intifadas*", que aconteciam periodicamente. Por anos Arafat e seus colaboradores estavam subestimando a miséria e o desespero em que estavam mergulhadas as massas palestinas. Assim, aquele que sempre se intitulou "o único representante legítimo dos palestinos" estava tão cego e alienado quanto os demais atores.

Mas, assim como aconteceu todas as vezes em que os árabes tomaram alguma iniciativa consistente, a *Intifada* também criou condições mais favoráveis a negociações. Israel finalmente se dera conta da bomba-relógio que vinha cuidadosamente cultivando em suas mãos. Arafat, por sua vez, se deu conta de que os riscos que ameaçavam sua liderança estavam crescendo em progressão geométrica.

Com a volta dos trabalhistas ao poder após 1991, as condições para uma paz negociada se ampliaram sensivelmente. A política arrogante de Begin e Shamir e seus discursos cheios de citações bíblicas, de alusões a *Samária e Judéia* e à Grande Israel tinham um forte apelo demagógico sobre a grande massa da população menos educada, e rendia votos. Desde 1977, quando perderam as eleições pela primeira vez desde a declaração do Estado, os trabalhistas, na oposição, praticaram uma política esquizóide, cindida entre suas convicções históricas e o receio de perder ainda mais votos. Com o grande levante das massas dos territórios ocupados, voltaram ao poder e às suas posições realistas do passado, de alma lavada.

Após quase 150 anos de conflito intermitente, os obstáculos para a paz não podem ser exagerados. Os árabes têm carradas de razões e mágoas profundas. Não me refiro apenas ao fato de saberem que uma parcela ponderável do seu território lhes foi usurpada; refiro-me a coisas muito mais tangíveis e imediatas como os milhares de casas que lhes foram tomadas em Jerusalém, Jafa, Haifa, Acre e outras localidades, e enormes quantidades de terras agrícolas. À expropriação do território

(21) Schiff, Z. e Ya'ari, E. *Intifada*. Nova York: Simon & Schuster, 1989, pp. 43-5.

da Nação, seguiu-se a expropriação de pessoas físicas e de famílias. Mais cedo ou mais tarde é inevitável que essa conta venha a ser cobrada do governo de Israel. Mas nem seu pagamento fechará tão cedo as feridas que esse e outros episódios abriram.

Do lado de Israel tudo indica que os trabalhistas aprenderam a dura lição da política criminosamente demagógica cometida a partir da Guerra do Yom Kippur. Como afirma Abba Eban no livro que venho citando, "a sucessão de guerras demonstrou que pequenas colônias agrícolas israelenses localizadas nas fronteiras constituem sempre um problema a mais, e nunca um fator de segurança". A desculpa que por décadas Israel vem tentando vender ao mundo ruiu pela própria experiência. Quanto à anexação dos territórios, jamais foi uma pretensão trabalhista. Mas Israel tem na multiplicidade de partidos religiosos, imorais, corruptos, retrógrados e absolutamente irresponsáveis um fardo pesado de carregar (de novo a tautologia). E a direita de Shamir, como toda direita, incapaz de formular um projeto consistente e realista, tem nesses religiosos uma massa de manobra, doce e agradecida.

Ainda assim, tudo indica que se Rabin-Peres, de um lado, e Arafat, do outro, souberem superar os atos de sabotagem do processo de paz, noticiados quase semanalmente pela imprensa, esse processo poderá atingir seus objetivos. Até porque nada agradaria mais aos empresários, judeus e árabes. Dados, evidentemente não oficiais, sugerem que o comércio clandestino entre Israel e os países vizinhos inimigos, em 1992, superou 120 milhões de dólares.

Os dólares são importantes, mas não é apenas deles que se trata. Os palestinos querem a paz e precisam dela. Exilados, desempregados e vivendo às custas de míseros auxílios há 36 anos, desde que foram expulsos de suas terras, aprenderam que não se ganham guerras nem terras com as bravatas retóricas dos que julgavam seus amigos. Yasser Arafat está cada vez mais demonstrando ser um político realista, competente e, como sempre, capaz de projetar o interesse do seu povo nas duras realidades do presente.

Os israelenses também querem a paz. Parecem ter-se convencido de que nem Gaza nem as áridas colinas do deserto de Judéia valem uma batalha. Rabin e Peres ainda possuem algumas pedras nos sapatos, fanáticos dispostos a tudo para interromper o processo de paz; mas estão sinceramente comprometidos com ele, como está a maioria da população de Israel. O processo será árduo e não faltarão problemas, disputas por água, por terra, por pontos estratégicos e até disputas bizarras, por qualquer bobagem conforme sói acontecer no Oriente Médio. Mas a vontade das populações parece tão determinada que muito provavelmente o presente saberá impor-se ao passado.

Recebido para publicação em maio de 1994.

Gabriel Bolaffi é professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Já publicou nesta revista "A campanha eleitoral de Eduardo Suplicy" (Nº 35).

Novos Estudos
CEBRAP

N.º 41, março 1995
pp.161-175
